

SESSÕES DO PLENÁRIO

27ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de abril de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO VIANA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Souza, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Maria del Carmen, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Augusto Castro comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 29/03/2017.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, por participar de

reunião com os produtores de morango de Barra da Estiva, esteve ausente na Sessão do dia 27/03/2017.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões: 23ª, 24ª, 25ª ordinárias, realizadas, respectivamente, em 3, 4 e 5 de abril de 2017; 3ª extraordinária, realizada em 5 de abril de 2017; e da 10ª especial, realizada em 30 de março de 2017.

Em votação as atas que acabam de ser lidas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Angelo Almeida.

Antes, porém, gostaria de fazer uma saudação especial aos alunos do Pelotão da Fundação Dr. Jesus. Sejam muito bem-vindos a esta Casa Legislativa. (Palmas)

O Sr. ANGELO ALMEIDA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma saudação aos estudantes aqui presentes, sejam bem-vindos.

Sr. Presidente, ontem o nosso mandato promoveu mais um debate público sobre a reforma da Previdência, desta vez na Câmara Municipal do Município de Conceição do Jacuípe.

Quero, aqui, agradecer ao presidente da Câmara Municipal e a todos os vereadores presentes.

E quero dizer, deputado Zé Raimundo, que estamos percebendo que há um clima de muita preocupação em diversos municípios baianos que perderão o status de ter uma Comarca do Judiciário, como Baixa Grande, Conceição do Jacuípe e algumas cidades do sisal, no território do sisal, e isso é muito preocupante. Tenho muita preocupação, especialmente, com essa mudança de retirada do cartório, na presença do juiz, numa cidade como Conceição do Jacuípe.

Quero fazer um alerta: recentemente a cidade de Conceição de Jacuípe, em razão de um estudo elaborado pelo Ministério das Cidades que constatou seu alto índice de desenvolvimento social e econômico, o crescimento de sua população acima da curva média dos municípios da região, foi contemplada, deputado Zé Raimundo, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, ainda no governo Dilma, como a única cidade do Norte e Nordeste brasileiros com menos de 50 mil habitantes onde foi implementada a construção de 490 unidades habitacionais.

Porque o Programa Minha Casa, Minha Vida estabelece que em cidades com menos de 50 mil habitantes só se poderia ir ao teto máximo de 250 unidades. Porém, esse estudo socioeconômico deu a Conceição do Jacuípe a oportunidade de ter um tratamento especial por parte do Ministério das Cidades.

Então, não vejo por que uma cidade que está nesse contexto vai agora ser punida com a retirada da sua comarca. A lógica está inversa. Se uma cidade está se desenvolvendo, se uma cidade está acima da média, se uma cidade tem demonstrado

isso através de estudo, eu realmente não entendo que isso aconteça. Por isso, estamos solicitando a esta Casa que forme, deputado Adolfo Viana, uma comissão... Na verdade, parece-me que é a Comissão de Direitos Humanos que deve abraçar essa questão, fazendo uma discussão franca entre os Poder Legislativo e o Poder Judiciário, através da presidenta do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Penso que há alguma incoerência, sobretudo, nesse ponto.

A cidade estava presente nesse debate público que ocorreu na Câmara Municipal, ontem à noite. Todos estavam muitos perplexos e assustados com a possibilidade de uma cidade como aquela ficar sem a presença do Judiciário, de um juiz, ao perder o *status* de ter uma comarca.

Sr. Presidente, depois vou reservar o tempo no Grande Expediente ou no Horário das Lideranças Partidárias para falar sobre a questão de uma creche altamente necessária no meu município, Feira de Santana.

Por enquanto, estou satisfeito.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Antes de chamar o próximo orador, eu queria me associar às palavras do deputado Angelo Almeida e dizer que acho que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, através do nosso presidente Angelo Coronel, deve marcar uma reunião, o quanto antes, com a presidente do Tribunal de Justiça para que possamos compreender e esclarecer o que está ocorrendo no interior do Estado em relação a tantas comarcas.

Eu também fui provocado por vários prefeitos e ex-prefeitos do interior, amigos do interior, e acho que o nosso presidente Angelo Coronel pode, perfeitamente, ter uma conversa com a presidente do Tribunal de Justiça para que esta Casa Legislativa compreenda o que, de fato, aquela Corte pretende fazer, e assim possamos também conversar com os líderes do interior.

Realmente, é uma situação que muito preocupa a população do interior e, principalmente, os seus representantes. Acredito que todos os parlamentares que compõem esta Casa estão bastante preocupados com o possível fechamento de dezenas de comarcas.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Viana, antes de formular a minha questão de ordem, venho informar a esta Casa que hoje se esgota o prazo para a instalação da CPI do Centro de Convenções.

Ficou marcada para hoje, às 15hs, a sessão de instalação e eleição do presidente e do relator dessa CPI. Então, como nós estamos chegando às 15hs, eu gostaria de solicitar ao Líder do Governo que, por acordo de Lideranças, pudéssemos fazer essa instalação, sem prejudicar a sessão plenária. Caso o Líder não concorde, peço a V.Ex^a que suspenda a sessão para que possamos instalar a CPI e depois voltaríamos para a

continuidade da sessão na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Acho que V.Ex^a tem toda a razão. Tem algum Líder ou Vice-Líder do Governo que possa se manifestar?

O Sr. Leur Lomanto Junior:- V.Ex^a suspende a sessão, Sr. Presidente, já que não tem manifestação.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a seguisse a pauta. Estamos no Pequeno Expediente. Interromper regimentalmente o Pequeno Expediente, me parece que não faz sentido.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, foi marcado pelo presidente Angelo Coronel a instalação da CPI do Centro de Convenções às 15h.

O Sr. Zé Raimundo:- Não foi convocado, não foi lida a pauta.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Acho que V.Ex^a tem que suspender.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Srs. Deputados, um momento, por favor.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Tem que suspender a sessão, para que a gente possa instalar a CPI do Centro de Convenções.

O Sr. Zé Raimundo:- Não está na Ordem do Dia. Me parece que não é bom começar já com erros, na questão da omissão. Não vamos prevaricar no Regimento.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Solicito prudência neste momento para que não tomemos encaminhamentos que podem trabalhar com açodamento.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Joseildo Ramos:- Na realidade, não está previsto na Ordem do Dia. Acho que não cabe enxertar a matéria, porque não tem amparo regimental.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Isso não é votação, não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, depois o deputado Alex Lima.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, acho que há uma interpretação equivocada por parte dos representantes do governo: não há nem intenção de prevaricar, como disse o deputado Zé Raimundo, nem a intenção de se atropelar aqui o processo da sessão. O que o deputado Líder da Oposição está propondo é que a sessão seja suspensa, para que se possa cumprir aquilo que foi convocado pelo presidente da Assembleia, para que a comissão processante seja instalada hoje às 15h. é preciso que se cumpra, inclusive, o Regimento, porque tem prazo regimental para que seja instalada. Então, o que queremos não é votar, não é interromper, é apenas suspender. é exatamente isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Questão de ordem do deputado Alex

Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Ex^a para avaliar a questão de ordem do deputado Zé Raimundo, mas ainda estamos no início da sessão. Então pelo próprio Regimento da Casa, nós temos, salvo engano, deputado Targino, 6 dias para a instalação da CPI.

Então acho que a sessão ordinária pode transcorrer, Sr. Presidente, de maneira normal, e até o final da mesma faremos a instalação da CPI, se for o entendimento dessa Presidência, das lideranças da Oposição e do Governo. Então, eu pediria a V.Ex^a que continuasse a sessão até para aguardar alguns membros da CPI que não estão presentes. Então aguardar o funcionamento e o transcorrer desta sessão para que, de maneira tranquila, façamos a instalação sem nenhum motivo açodado.

Então, acho que temos ainda, Sr. Presidente, tempo suficiente para fazer a instalação da comissão de inquérito, mas não precisa ser de forma açodada, como está propondo o meu querido amigo, grande líder, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Srs. Deputados, a sessão será suspensa pelo tempo de até 15 minutos para que possamos instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, V.Ex^a acatou a questão de ordem?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Não é nem prudente V.Ex^a estar sentado aí, V.Ex^a nem faz parte da Mesa.

(Tumulto em plenário)

O Sr. Alex Lima:- Tomar uma decisão polêmica dessa, realmente não condiz com a estatura de V.Ex^a.

(Tumulto em plenário.)

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem.

(Suspensa a sessão por até 15 minutos.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Declaro reaberta a presente sessão. Queria chamar o próximo orador, ainda do Pequeno Expediente, deputado Zé Raimundo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, infelizmente... um tema tão sério, como é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não pode ser iniciado com esses açodamentos. Mas eu gostaria de cumprimentar a Galeria, que tem a presença dos alunos da Fundação Doutor Jesus, sejam bem-vindos a esta Casa. (Palmas) Sr. Presidente, eu quero também parabenizar os deputados federais Robinson Almeida, Waldenor Pereira e o companheiro do PCdoB, Daniel Almeida, que, ontem, organizaram aqui uma audiência pública com a presença de juízes do trabalho, procurador-geral do trabalho e também com a presença de advogados, vários deputados e líderes sindicais, para debatermos a reforma trabalhista

e a reforma previdenciária. Mais uma vez, ficou comprovado que o governo Temer está promovendo uma verdadeira contrarrevolução, um verdadeiro atentado aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os mais prejudicados com as duas reformas serão as pessoas mais simples, mais humildes, que vivem do seu trabalho, sobretudo as mulheres e os homens da zona rural, que perderão direitos construídos há mais de 150 anos, no mundo inteiro, e no Brasil, a partir dos anos 20, de Getúlio Vargas.

Portanto, a Bahia inteira, o Brasil inteiro está se mobilizando, e mais uma audiência foi feita. Durante esta semana e na próxima, promoveremos várias audiências em toda a região do Sudoeste, como fizemos na semana passada, na quinta-feira, em Caetitê – com a presença de mais de 300 pessoas –, e também em Brumado, com a presença de estudantes de direito, falando sobre os fundamentos históricos dos direitos sociais. É muito importante a mobilização da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que estamos vendo esse ataque do governo ilegítimo do PMDB, do governo Temer, aqui, na Bahia, o governador Rui Costa vem trabalhando para incluir os jovens, os alunos. O que ocorre com o projeto Mais Futuro, das universidades públicas estaduais, em que o governador vai garantir bolsas de estudos para a permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social, aqueles que estão no Cadastro Único, exatamente a população de baixa renda.

Ontem o governador anunciou outro programa importante para que os alunos dessas universidades possam receber também uma bolsa no estágio. “Partiu Estágio” é o nome desse projeto, voltado para quase 3 mil alunos das universidades públicas, Sr. Presidente. Por isso, está de parabéns o governador Rui Costa, que cuida das crianças com programas de saúde, de habitação popular, da mobilidade urbana, da infraestrutura do Estado e dos jogos universitários.

Ontem, mais uma vez, o governador já anunciou outras intervenções importantes para a Bahia. No sábado, ele esteve em Potiraguá lançando o edital para a recuperação da estrada que liga essa cidade a BR-101. Também ontem foi publicado o edital, ou melhor, já desde sábado, mas ontem foi anunciado o edital da BA que liga Nova Canaã a Poções.

Nós aguardamos, com muita expectativa, que o governador, o Dr. Saulo, Dr. Marcus Cavalcanti, que são, respectivamente, do Derba e da Secretaria de Infraestrutura, também tomem providências para nós continuarmos recuperando a estrada daquela região, sobretudo, de Itapetinga, passando por Maiquinique até Itarantim, onde tenho amigos, familiares... Lá há uma reivindicação dos vereadores e das lideranças de Itarantim também para recuperar aquela estrada.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o governador Rui Costa e dizer que, enquanto Temer trama as maldades contra o povo brasileiro, o governador trabalha assiduamente, recuperando a infraestrutura das nossas regiões, para viabilizar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo – com os programas sociais –, permitir a inclusão na área da cultura, da ciência e da tecnologia. Enfim, trabalha para que tenhamos uma Bahia mais justa e fraterna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas das galerias, aqueles que nos assistem através da *TV Assembleia*, nosso boa-tarde. Sr. Presidente, primeiro eu quero registrar a disposição da Bancada de Oposição em fazer valer a instalação da CPI aqui, nesta Casa.

Os membros que foram indicados para participar da CPI foram até o local determinado, de acordo com a orientação dada pelo presidente da Casa, deputado Angelo Coronel. Assim, espero que haja também essa disposição por parte do Bloco da Maioria para que todos os fatos sejam esclarecidos, e não fique nenhuma dúvida na mente do cidadão baiano, que perdeu, além de um espaço de evento cultural – com prejuízos econômicos –, a referência do próprio Centro de Convenções.

Mas quero, hoje, Sr. Presidente, chamar a atenção para um fato que aconteceu na semana passada e fez com que o mundo parasse um pouco para perceber o que tem acontecido, entretanto, sem a compreensão devida da gravidade dos fatos. Foram os atentados a duas igrejas cristãs que aconteceram no Egito, igrejas católicas de uma corrente ideológica diferente da Igreja Apostólica Romana, mas uma igreja secular, que se instalou inicialmente ali, no próprio Egito, e que foi covardemente agredida – mais uma vez, com o falecimento de mais de 40 pessoas.

Entretanto, Sr. Presidente, o que nos chama atenção é que esse fato não é isolado, não foi em uma única oportunidade que isso ocorreu. Na verdade, ao longo de anos na história da humanidade, especialmente no período pós-existência de Cristo, tem sido uma constante. Mais recentemente, tem acontecido de uma maneira ainda mais incisiva, já que, vale destacar, no ano de 2016, 90 mil cristãos foram mortos. Infelizmente o que acontece com essas mortes é muito semelhante ao que acontece hoje, aqui, no Plenário desta Casa, Sr. Presidente. A partir do momento que nós chamamos a atenção para fatos de tamanha gravidade, muitas vezes o mundo não dá atenção a essas mortes.

Esse número, 90 mil mortos no ano de 2016, dá uma média de um morto a cada 6 minutos. A motivação dessas mortes é, especialmente, o fato do cidadão, do homem, da mulher aceitar e se declarar como cristão. Isso nos chama atenção, Sr. Presidente, porque, de alguma maneira, além de ser necessário que a nossa Nação, que o mundo se volte para isso, para essa perseguição deliberada, com muitas mortes em uma única empreitada de um grupo nigeriano. Lá na Nigéria foram mortas 800 pessoas, e normalmente são jovens, mulheres e crianças que perdem as suas vidas.

(Alguns Srs. Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Silêncio para garantir a palavra do orador que está na tribuna.

O Sr. HEBER SANTANA:- Essas mortes, como dizia, normalmente

acontecem com mulheres e crianças, e a reflexão que quero fazer na tarde desta terça-feira aqui nesta Casa, deputado Zé, é de que precisamos tomar uma posição quanto a isso, já que de algum modo no Brasil esse preconceito - e aí numa forma ainda mais incisiva - contra os evangélicos também se instituiu.

Vivemos num País livre, um País laico onde há a liberdade de pregação do Evangelho e do culto de qualquer ideologia ou corrente. Mas o fato é que, à medida que ações como essa têm acontecido no mundo e ganhado corpo também aqui no Brasil, precisamos fazer uma reflexão sobre a verdadeira liberdade que desejamos ter. E igualmente é preciso que ações práticas do governo do nosso País sejam feitas para preservá-la, já que outras minorias em números menores de resultados negativos e até mesmo de mortes acabam tendo uma repercussão muito maior no governo e na imprensa brasileiros, chamando a nossa atenção para o fato de que nós, enquanto cidadãos homens e mulheres de bem, temos de nos posicionar a favor da vida, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Antes de passar ao próximo orador, quero saudar a aniversariante de hoje, a deputada Fátima Nunes, e desejar felicidades. Parabéns pelo seu dia!

Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Marcelino Galo. (Pausa) Na ausência dele, com a palavra o próximo orador, o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, quero trazer novamente à tribuna desta Assembleia a minha preocupação com a segurança pública. Eu estou indignado com a cara do nosso governador rindo dos otários contribuintes, que estão pagando com seus impostos milhões e milhões para fazer propaganda de obras do governo federal, a exemplo do metrô, que ele aponta como obra dele, do governo do Estado. Enquanto isso, milhões e milhões são desviados para a propaganda institucional estadual, e infelizmente a Bahia coleciona índices negativos em saúde, educação e, de forma especial, segurança pública.

E aqui na Bahia o câncer está matando menos do que a violência. Estamos perdendo mais de 6 mil vidas por ano na Bahia, o Estado que ostenta o maior número absoluto de homicídios no Brasil! E que tem 3 cidades entre as 50 mais violentas do mundo, a exemplo da 14^a cidade mais violenta, Salvador, da 27^a, Feira de Santana, e da 36^a, Vitória da Conquista!

E fica o governador com aquela cara de quem não sabe nada, dando risada na televisão, vendendo uma imagem e esquecendo-se de que o dirigente precisa ter compaixão, misericórdia. V.Ex^a deveria estar chorando, porque é incapaz de adotar políticas públicas de segurança para estancar todos esses homicídios, todas essas mortes.

Sabemos que o governador já não se interessa muito em prover saúde pública e

educação, mas V.Ex^a precisa entender que quem permite que os homicídios aconteçam, como estão acontecendo na Bahia, é cúmplice, cúmplice de tantas mortes. Tenha compaixão com o povo que o elegeu governador! Saia do palácio, venha para a rua, pegue uma bicicleta e venha passear na rua. Desça do helicóptero e venha para as estradas para ver como elas estão. Venha, governador, visitar as comarcas do interior para ouvir os reclamos da população. V.Ex^a não se preocupa com nada! O que V.Ex^a queria já achou. Agora está pagando com traição ao povo da Bahia que um dia lhe deu a mão. Mas espere, que a resposta V.Ex^a terá. Governador Rui Costa, V.Ex^a deu as costas à Bahia, infelizmente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à tribuna tratando, mais uma vez, dos assuntos que afligem cada brasileiro, cada brasileira onde quer que eles estejam neste imenso País.

Estamos testemunhando algo único na história deste País, o desmonte do início da construção do estado de bem-estar. E isso não é pouca coisa em tão pouco tempo! Começou com aquela PEC do fim do mundo, a PEC da redução dos gastos. Uma história para inglês ver, algo mágico, simples, aquilo que, hoje, significa 22% do PIB em políticas públicas sociais, educação, saneamento, habitação de interesse social. Vinte e dois por cento do PIB! Daqui a 10 anos, serão tão somente 16% do PIB. Daqui a 20 anos, apenas 12% do PIB! O que será dos hospitais, dos postos de saúde, das universidades, das escolas técnicas federais, dos institutos federais de educação? O que será do saneamento, o que será da logística e da infraestrutura? O que será da geração de empregos?

E agora, logo após a PEC dos gastos, se fez necessário detonar o programa de valorização do salário-mínimo, que nunca cresceu desde o início da história da República em nosso País. O fim do programa de valorização do salário-mínimo.

Agora recentemente, um ataque frontal às leis trabalhistas com a terceirização, que coloca por terra as relações totalmente desregulamentadas do mercado de trabalho, as relações de trabalho.

Querem, inclusive, amordaçar, amordaçar e matar, por inanição, a Justiça do Trabalho.

E, ainda, há o pior! Querem, agora, também, atacar a Previdência oficial ao desmoralizar e ao retirar a sua credibilidade e ao abrir o mercado para as companhias de seguro e para os bancos privados, a fim de aumentar a miséria, pois esta foi mitigada, recentemente, em nosso País.

O ataque, agora, vai para os bancos públicos. Há o desmonte do BNDES. Mas esta instituição é o maior vetor da irrigação dos investimentos de longo prazo da indústria nacional. Quanto à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Nordeste e ao Banco do Brasil, todos possuem, agora, planos de demissão voluntária.

No caso da Caixa Econômica, são 3 mil empregos a menos, pois esses são os braços executivos das grandes políticas de grande alcance social como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida. Todos esses programas exitosos têm, nas mãos dos agentes financeiros públicos, a forma de contemplar, com capilaridade, cada canto, cada necessidade dos mais pobres deste País.

E, agora, sobrevém, também, o desmonte da Petrobras a partir da entrega do Pré-Sal, a partir da venda dos ativos e a partir do fechamento dos campos maduros, inclusive, aqui no Nordeste, como nas regiões dos Recôncavo Baiano, Litoral Norte e agreste do Estado da Bahia.

Este é o estado das coisas!

Por isso, a população na rua começa a sentir na própria pele. E quanto àqueles deputados que estão votando, sistematicamente, contra a população, esses estão ouvindo os apupos e as vaias das hordas e hordas de baianos e brasileiros que não têm, em nenhum momento, a possibilidade de se ver representados por esses algozes que estão votando contra os interesses maiores da população baiana e brasileira.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zó.

O Sr. Zó:- Presidente, colegas deputados e deputadas, envio um abraço à deputada Fátima Nunes, sertaneja, arretada, pois ela está completando aniversário hoje. Tenho a certeza de que ela continuará, sempre, na luta em defesa dos interesses do povo do sertão.

Mas, presidente, retorno à tribuna, porque, na semana passada, eu conversava com o deputado Alex da Piatã. Eu falei, aqui, sobre a questão do fechamento das comarcas. Alertei para o fato de que o fechamento das comarcas não iria se restringir somente à região Norte do Estado mas alcançaria a Bahia inteira.

Está acontecendo o fechamento de comarcas em lugares importantes que atendem a pessoas de municípios distantes, às vezes, não só da questão da justiça, mas distante de uma série de fatores que, ainda, precisam chegar a esses rincões.

Pois bem! Eu falei acerca do fechamento das comarcas em Curaçá e Pilão Arcado. Mas isso está acontecendo, também, nos municípios de Sobradinho, Sento Sé, Uauá, e Itiúba. Outros municípios, também, correm o risco de terem as suas comarcas fechadas.

Hoje, em Sobradinho, neste horário, deve estar acontecendo uma audiência pública na Câmara de Vereadores. Bem, não sei se audiência pública é na Câmara ou em outro lugar qualquer, mas, lá, está acontecendo o encontro para tratar, justamente, da discussão acerca do fechamento das comarcas do Poder Judiciário, querido Joseildo, A questão do fechamento das comarcas preocupa muito aquela população.

Meu Líder Zé Neto, é preciso sentarmos aqui com os Líderes das Maioria e

Minoria, ou seja, Oposição e Situação, a fim de que nós possamos discutir qual o correto caminho para barrar isso ou, pelo menos, amenizar o fechamento dessas comarcas. Repito, o fechamento dessas comarcas trará prejuízos enormes.

Vejam, a OAB tem-se manifestado. Os municípios têm-se manifestado. Os advogados ficam preocupados com isso. Os servidores de cada comarca dessas... Imaginem: fecha-se a comarca de Pilão Arcado. Essa turma vai ter que se deslocar para outros municípios, e boa parte deles tem origem ou montou as suas residências nesses municípios. Em Curaçá, por exemplo. Quem vem de Pedra Branca e Riacho Seco, que já enfrenta problemas na BA-210, vai ter que ir até Juazeiro e outros e outros municípios. Essa discussão precisa ser tratada urgentemente nas comissões desta Casa para que possamos, definitivamente, arrumar uma solução para o problema.

Eu estou trazendo aqui este assunto aqui porque, depois do discurso que fiz a respeito de Pilão Arcado e Curaçá, recebi mensagens e ligações a respeito de outros municípios – Sobradinho, Sento Sé, Uauá, Itiúba. O deputado Bobô discutiu a questão de Itiúba, também já foi procurado. O problema está ocorrendo em todos os territórios da Bahia. Por isso eu espero que possamos discutir isso com força, arranjando um caminho para resolver.

Eu ouvi o deputado Joseildo falando sobre a questão da reforma trabalhista e da terceirização, e o que me assombra, deputado, é não se ver que são 2 projetos: um que se fez de 1994 a 2002, implementando esse tipo de política, e o projeto que não implementou esse tipo de política, que foi o projeto de 2003 até 2015, com Lula e Dilma.

O que me preocupa é o presidente do Congresso Nacional chegar na imprensa e dizer em alto e bom som: “Não deveria nem existir Justiça do Trabalho”. Isso é o que me preocupa. Até que ponto nós vamos proteger os nossos trabalhadores e trabalhadoras deste País, com um governo que pensa e age desta forma e tem o reforço de uma palavra atrasada, equivocada e sorradeira do presidente do Congresso Nacional, dizendo que não deveria existir a Justiça do Trabalho. Isso é o que mais me preocupa, meu caro deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas da Casa, Srs. Servidores, público presente às Galerias Paulo Jackson e todos que nos assistem, primeiramente, Sr. Presidente, eu quero agradecer aos deputados que participaram hoje da sessão da Comissão de Saúde e Saneamento, como os deputados Samuel Junior, Alan, que aqui estão, e outros que também estiveram presentes.

Nós aprovamos hoje, deputado Angelo, a nossa comissão itinerante, para que a Comissão de Saúde possa sair um pouco da Casa e ir ao encontro do povo e das instituições. Nós acertamos e aprovamos essa ideia para que a comissão possa fazer

uma atuação junto às instituições de saúde, direta e indiretamente, fazendo visitas às terças-feiras, no horário das comissões. Nós aprovamos para que se inicie dia 25, no IML, que, muito embora não seja da estrutura de saúde do Estado, é uma questão de saúde pública e tem um envolvimento direto e indireto com a saúde. E por isso nós vamos começar.

Já estão aprovadas outras datas para irmos em outras unidades, em outros hospitais: Hospital Roberto Santos; aprovamos também a visita da comissão à Fundação Dr. Jesus, que é uma instituição aqui do colega, o deputado Pastor Sargento Isidório, para que a gente possa conhecer e a comissão ir oficialmente. Já é um convite de muito tempo desse deputado.

Quero também, Sr. Presidente, me posicionar – o deputado Zó falou aqui, eu acho que tantos outros deputados já falaram – em relação à questão do fechamento das comarcas. Realmente, nos preocupa muito, Sr. Presidente. Mas se algum deputado, se algum colega já deu a sugestão, eu estou reforçando. Não ouvi, mas quero deixar aqui uma provocação, uma sugestão: que não tratemos isso de forma individualizada.

Eu tenho recebido por parte da cidade de Itiúba, de Araci, Barrocas, de tantos outros municípios que já nos ligaram, são dezenas... e não adianta a gente fazer esse tratamento, deputado Robinho, individualizado, porque já está definido que são muitos municípios.

Então, tratar de forma individual cada município, fazendo audiência, um após o outro, nós não vamos conseguir uma resposta para a população, para os munícipes, porque a ansiedade é grande, muito grande em relação ao fechamento das comarcas. Porque é de um prejuízo enorme, um prejuízo muito grande, principalmente para a população mais carente que usa esse serviço e não tem condição de se deslocar.

Então, eu quero sugerir, Sr. Presidente, que se crie uma comissão. Ou a Mesa Diretora ou a Presidência da Casa possa chamar o Tribunal, chamar a Justiça, para poder dar uma definição, e a Casa dar uma resposta. Não ficarmos buscando audiências individuais para dar uma resposta para um município ou outro. Eu sei que V.Ex^a e todos os deputados aqui estão sendo provocados a todo tempo, e assim não vamos conseguir dar uma resposta. Acho que a resposta tem que ser no formato geral, e a Casa pode fazer isso.

Eu quero deixar esse encaminhamento: que V.Ex^a possa, com a Mesa Diretora da Casa, convidar o Tribunal para dar uma explicação e discutir isso melhor com toda a Casa, com a maior brevidade possível, porque a cobrança da população é muito grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, art. 158. Eu gostaria que V.Ex^a fizesse a verificação do quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, é triste, é realmente de se lamentar a atitude dos deputados da Bancada do Governo. Em plena terça-feira, às 15h33min, o Plenário desta Casa cheio, com vários parlamentares aqui querendo debater assuntos de extrema importância para o nosso Estado – vários parlamentares, inclusive, já estão inscritos aqui no Horário das Lideranças Partidárias. Nós temos um deputado inscrito para falar no Grande Expediente, que é do PMDB, nosso Partido –, e vejo aqui o deputado Joseildo, logo o deputado Joseildo Ramos, que é um deputado atuante, um deputado sempre presente neste Parlamento...

Eu não estou entendendo o porquê de se encerrar uma sessão em plena terça-feira, às 15h33min, com o plenário da Casa cheio. Eu quero ver qual vai ser o posicionamento dos deputados da Bancada do Governo. Eu faço um apelo ao deputado Joseildo para que a sessão possa transcorrer em ritmo normal e que a gente possa concluir.

Se o deputado, porventura, não concordar e não retirar a sua questão de ordem, já que o governo insiste em não querer debater os assuntos importantes da nossa Bahia... Inclusive hoje estava marcado, às 15h, a instalação da CPI do Centro de Convenções. Infelizmente, o governo não se fez presente para participar da abertura. Os deputados da Oposição que representam a CPI do Centro de Convenções estavam presentes. Mas, infelizmente, o governo não quis a abertura da CPI do Centro de Convenções.

Não sei o que o governo está a temer com a instalação dessa CPI. Nós queremos debater, discutir os assuntos ligados ao Centro de Convenções e ao turismo em nosso Estado. Aqui é o momento propício para isso, o Parlamento é para isso, para que possamos debater os problemas do nosso Estado. É triste, em plena terça-feira, neste momento de ampla participação dos parlamentares nas comissões temáticas, implementado pelo Sr. Presidente Angelo Coronel. É o momento do debate, da aprovação de projetos, permitindo que possamos discuti-los no âmbito das comissões.

Faço um apelo ao deputado Joseildo Ramos, caso ele não concorde em retirar a sua questão de ordem solicitada a V.Ex^a que sejam marcados os 15 minutos regimentais e que seja zerado o painel, a fim de que os parlamentares possam vir a Plenário e marquem suas presenças. Assim, vamos conhecer quem quer realmente trabalhar, quem quer debater, os que querem fugir do debate e os que não querem travar o bom debate em defesa dos interesses da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pablo Barrozo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana. Antes, solicito que o painel seja zerado e que sejam marcados os 15 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo ao deputado Joseildo Ramos e ao Partido dos Trabalhadores, deputado Zé Neto. Hoje, terça-feira, às 15hs, seria instalada a CPI do Centro de Convenções. Isso aqui não pode virar um palco de brincadeira, o assunto é seríssimo. Deveríamos hoje ter instalado uma CPI. Este Poder tem se tornado independente e vai terminar se desmoralizando por esse tipo de atitude.

Primeiro a Base do Governo na surdina altera a composição das Bancadas e mexe na composição da CPI. Depois, eles decidem não comparecer para a instalação da CPI. Agora já ouço falar que eles pretendem ter a relatoria e a presidência da CPI. Ou seja, no momento em que este Poder tem demonstrado independência, a Base do governo pretende, mais uma vez, se agachar para o Poder Executivo, como quem quer encobrir ou não deixar que se apure absolutamente nada.

A CPI não vai prejudicar absolutamente ninguém, muito pelo contrário. Mas o fato, Sr. Presidente, é que este Centro de Convenções da maneira que aí está é uma desmoralização para o Estado da Bahia. É uma vergonha o povo da Bahia não ter hoje um Centro de Convenções e o que nós temos está no chão. Esta CPI seria instalada hoje justamente para dar oportunidade ao esclarecimento dos fatos.

Eu não consigo compreender o motivo pelo qual o Partido dos Trabalhadores quer a todo momento encerrar a sessão, quer a todo momento deixar de instalar a CPI, trabalhou para mexer na composição e agora trabalha para que a CPI não seja instalada e que a sessão seja encerrada. O que está por trás dessa movimentação não sabemos. Mas a Bancada de Oposição estará vigilante, verá esta CPI funcionar, mesmo com o número menor de participantes, mesmo sendo minoria, nós iremos fazer ser cumprido o Regimento Interno desta Casa e a nossa Constituição.

Fica aqui a nossa queixa sobre a conduta dos deputados do Partido dos Trabalhadores.

Precisamos trabalhar, precisamos produzir. Eu não me recordo de ter visto a sessão cair, numa terça-feira, após o Pequeno Expediente. E, hoje, se isso acontece é justamente porque a base governista não quer que esta Casa funcione, justamente, para que a CPI não seja instalada e para que as coisas não sejam apuradas.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a ainda vai formular a questão de ordem? O Sr. Adolfo Viana:- Ainda tenho 1 minuto.

Com a tolerância de V.Ex^a, eu queria, Sr. Presidente, eu gostaria...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a tolerância dessa presidência, pode concluir, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) de dizer que nós não iremos politizar a CPI, que nós não iremos antecipar julgamentos, mas o que nós exigimos é que seja dada uma solução para o caso do Centro de Convenções. Porque, hoje, da maneira como se

encontra o Centro de Convenções, desmoraliza não só o governo da Bahia, mas todo o nosso Estado. Um Estado que não tem a capacidade de, sequer, identificar quais foram os problemas que causaram o desabamento do Centro de Convenções. No momento em que temos a oportunidade de passar a limpo o Centro de Convenções, o governo insiste em fazer manobras. Primeiro, alterando a composição da CPI; depois, não instalando a CPI; e, agora, encerram a sessão para que não tenhamos a oportunidade de nos manifestarmos neste Plenário.

É vergonhosa a posição da Bancada governista. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem para o deputado Targino Machado; depois para o deputado Luciano; depois para o deputado José de Arimateia.

Antes da questão de ordem, deputado Targino, apenas para informar a visita dos estudantes de Direito da Faculdade Ruy Barbosa. É um prazer recebê-los aqui na tarde de hoje. Sejam bem-vindos.

Questão de ordem para o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu imaginava, tinha até convicção, de que a política era a segunda profissão mais antiga do mundo. Todo mundo sabe qual é a primeira. E quero dizer que diante das assertivas do Líder do governo, comportamento espúrio, antidemocrático, diante da atitude do nobre deputado Joseildo, como disseram os oradores que me antecederam, os dois deputados, operários do Parlamento, mas que, no presente, são operadores contra a democracia.

Diante desse comportamento, eu quero dizer aos senhores que sairei daqui convicto de que a política não é a segunda profissão mais antiga, mudou de lugar, passou a ser a primeira profissão mais antiga da humanidade.

É nisso que os senhores querem transformar esta Casa, num guarda-chuva de ilegalidades, de proteção à bandidagem. É nisso? É a lista fechada aqui dos senhores para protegerem os atos espúrios?

Estou convicto de que debaixo desse angu tem carne, porque quem não teme não se esconde. Quando vejo o Líder do governo querendo esconder os atos administrativos do governador, nesse afã de puxar o saco... Olhe, puxe o saco, mas não precisa beijar. Não satisfeito em puxar, ainda quer beijar, ainda quer cheirar. Sr. Presidente, é terrível o que está acontecendo.

Os senhores estão apequenando a política, apequenando esta Casa. Os senhores não merecem que se tragam moedas para simbolizar a traição que estão perpetrando contra o povo. Porque os senhores não merecem moeda, talvez precisemos trazer para aqui um saco de milho podre, com gorgulho, porque é assim que esta Casa encontra-se, apequenada, agachada, refém dos mal feitos praticados ou pelo governo ou pela empreiteira que recebeu o dinheiro. Não sei quem faz a defesa veemente.

Depois de mim, quem está inscrito é o deputado Luciano Ribeiro. Agora, V.Ex^a também quer se transformar no representante mor da ilegalidade nesta Casa, Sr. Presidente? Esse é um problema de V.Ex^a.

Quero concluir a minha fala dizendo que fico triste de ver um governador querer esconder-se atrás de manobras espúrias da sua bancada nesta Assembleia.

Lamento profundamente, os senhores terão que amargar as consequências deste ato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, nobre deputado Zé Neto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Como, Sr. Presidente, V.Ex^a não me vai conceder a palavra?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem para um lado e para o outro, deputado.

Questão de ordem, deputado Zé Neto.

(Tumulto no plenário.)

O Sr. Targino Machado:- Nem presente ele está.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Registre a presença, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Acabei de registrar.

(Tumulto no plenário.)

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, queria dizer a V.Ex^a que o art. 83, da Constituição Federal, prevê claramente qual é o rito de escolha das comissões. No artigo seguinte se prevê claramente...

(Tumulto no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Quero garantir a palavra ao deputado Zé Neto que ainda está na questão de ordem.

(Tumulto no plenário.)

O Sr. Zé Neto:- O art. 68 do Regimento Interno prevê que o presidente será eleito na Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós, do governo, vamos cumprir o Regimento e vamos cumprir a Constituição. O que é cansativo é o seguinte: 21 deputados podem pedir uma comissão de inquérito e a maioria vai decidir quem é o presidente, é também o Regimento. O Artigo 67 está muito claro e nós vamos fazer tudo que está dentro do Regimento.

Hoje, não estava prevista a instalação da CPI, a Bancada de governo vai atuar dentro da legalidade, dentro da Constituição Federal e dentro do Regimento. E aqui no grito não vai, não tenho medo de grito e ninguém aqui tem medo de grito. Vamos seguir o Regimento e estabelecer claramente o Regimento. Não tenho medo de grito, ninguém tem medo de grito. Vamos para a Constituição, vamos para o Regimento, Artigo 83 da Constituição e seguintes, vamos *ipsis litteris* fazer a eleição do presidente, a maioria vai decidir quem é o presidente e a maioria da comissão de inquérito vai decidir quem é o relator.

Na minha opinião não cabia inclusive essa comissão de inquérito, era apenas um pedido de informação, todos eles sabem, querem fazer o jogo da política, conosco não tem conversa, vamos ouvir, vamos respeitar, não estou irritado com nada. Agora, não se enganem, não tenho medo de cara feia nem de grito. Vai ser no Regimento, vai ser na Constituição e vai ser na democracia, conversa não tenho medo, grito pior e vai ser desse jeito.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a tem 8 segundos, deputado Luciano, para fazer a sua questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, penso que V.Ex^a para restabelecer o equívoco que V.Ex^a fez...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- O tempo de V.Ex^a está encerrado.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Atos Oficiais / Departamento de Taquigrafia

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.